

Relatório e Contas

2016

20%

100%

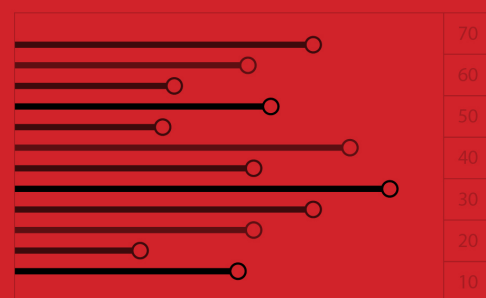
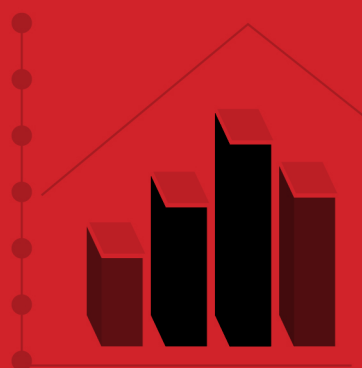
90

75

50

30

10



CES Relatório e Contas 2016
Abril 2017

Edição e Design de
Centro de Estudos Sociais
da Universidade de Coimbra

Contactos
Centro de Estudos Sociais
Colégio de S. Jerónimo
Apartado 3087
3000-995 Coimbra, Portugal

Tel. +351 239 855 570
Fax +351 239 855 589
E-mail ces@ces.uc.pt

www.ces.uc.pt

© Centro de Estudos Sociais, Universidade Coimbra, 2017

Relatório e Contas **2016**

Índice

1. *Relatório de Gestão* *p. 6*

- » *Orientações Metodológicas*
- » *Orientações Estratégicas*
- » *Informação Financeira do CES*
- » *Laboratório Associado*
- » *Projetos de Investigação Financiados pela FCT*
- » *Projetos de Investigação Financiados pela União Europeia*

2. *Balanço* *p. 20*

3. *Demonstração dos Resultados* *p. 24*

4. *Demonstração de Fluxos de Caixa* *p. 28*

5. *Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais* *p. 32*

6. *Anexos às Demonstrações Financeira*

p. 36

- » *1. Identificação da Entidade*
- » *2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras*
- » *3. Principais Políticas Contabilísticas*
- » *4. Fluxos de Caixa*
- » *5. Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros*
- » *6. Ativo Fixo Intangível*
- » *7. Ativo Fixo Tangível*
- » *8. Imparidade de Ativos*
- » *9. Inventários*
- » *10. Rédito*
- » *11. Instrumentos Financeiro*
- » *12. Outras Informações Legais*

7. *Orçamento 2017*

p. 52

1. *Relatório de Gestão*

- » *Orientações Metodológicas*
- » *Orientações Estratégicas*
- » *Informação Financeira do CES*
- » *Laboratório Associado*
- » *Projetos de Investigação Financiados pela FCT*
- » *Projetos de Investigação Financiados pela União Europeia*

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias previstas no artigo 11º dos Estatutos do Centro de Estudos Sociais, submetemos à Assembleia Geral o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados e o Anexo às Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.

O CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS – CES, com sede no Largo D. Dinis – Colégio São Jerónimo, Coimbra, é uma instituição científica vocacionada para a investigação interdisciplinar e transdisciplinar e tem por missão principal a investigação no âmbito das ciências sociais e das humanidades, abrangendo ainda, sempre que adequado, outros domínios científicos. Tem ainda por missão o desenvolvimento de atividades de formação em estudos avançados, nomeadamente programas de doutoramento e pós-doutoramento, a participação em redes de investigação interdisciplinares e transdisciplinares, nacionais e internacionais, o desenvolvimento de atividades de formação contínua, nos domínios profissional e académico, a promoção e difusão da cultura científica e a realização de atividades culturais, com total independência dos poderes políticos, económicos e religiosos.

» **Orientações Metodológicas**

- Promover a investigação interdisciplinar e transdisciplinar, combinando contribuições de diversas áreas e tradições;
- Desenvolver novos e inovadores instrumentos e abordagens analíticas, teóricas e metodológicas capazes de compreender as especificidades e complexidades das sociedades contemporâneas;
- Disseminar o conhecimento científico, disponibilizando-o para múltiplas aplicações, através de iniciativas conjuntas com organizações da sociedade civil, instituições estatais e agências internacionais, bem como entidades da administração local, regional e nacional, no contexto português.

» **Orientações Estratégicas**

- Promoção de novas epistemologias e estímulo à interação cultural de ideias como exercício de uma ecologia dos saberes;
- Apoio ao desenvolvimento de conceções progressivas de direitos humanos, na luta contra as desigualdades e discriminações raciais, sexuais, entre outras, e ao aprofundamento da democracia;
- Reforço da participação em redes nacionais e internacionais, com especial enfoque na cooperação Norte-Sul e na Europa e nas relações com os países de língua oficial portuguesa;
- Estímulo à participação democrática e à cidadania ativa no apoio à formulação de políticas públicas;
- Aprofundamento do conhecimento sobre a sociedade portuguesa numa perspetiva comparada, de modo a promover a diversidade de visões e os debates democráticos no seu seio;
- Promover os estudos pós-graduados e atividades de formação avançada de jovens investigadores, profissionais e cidadãos em geral, como forma de contribuir para a melhoria das capacidades sociais para atingir uma melhor qualidade de vida.

A definição de todas as políticas estratégicas e orientações funcionais são definidas pelos seguintes órgãos:

O **Diretor** do Centro é Boaventura de Sousa Santos, responsável pela coordenação de todas as atividades de investigação e pela representação externa.

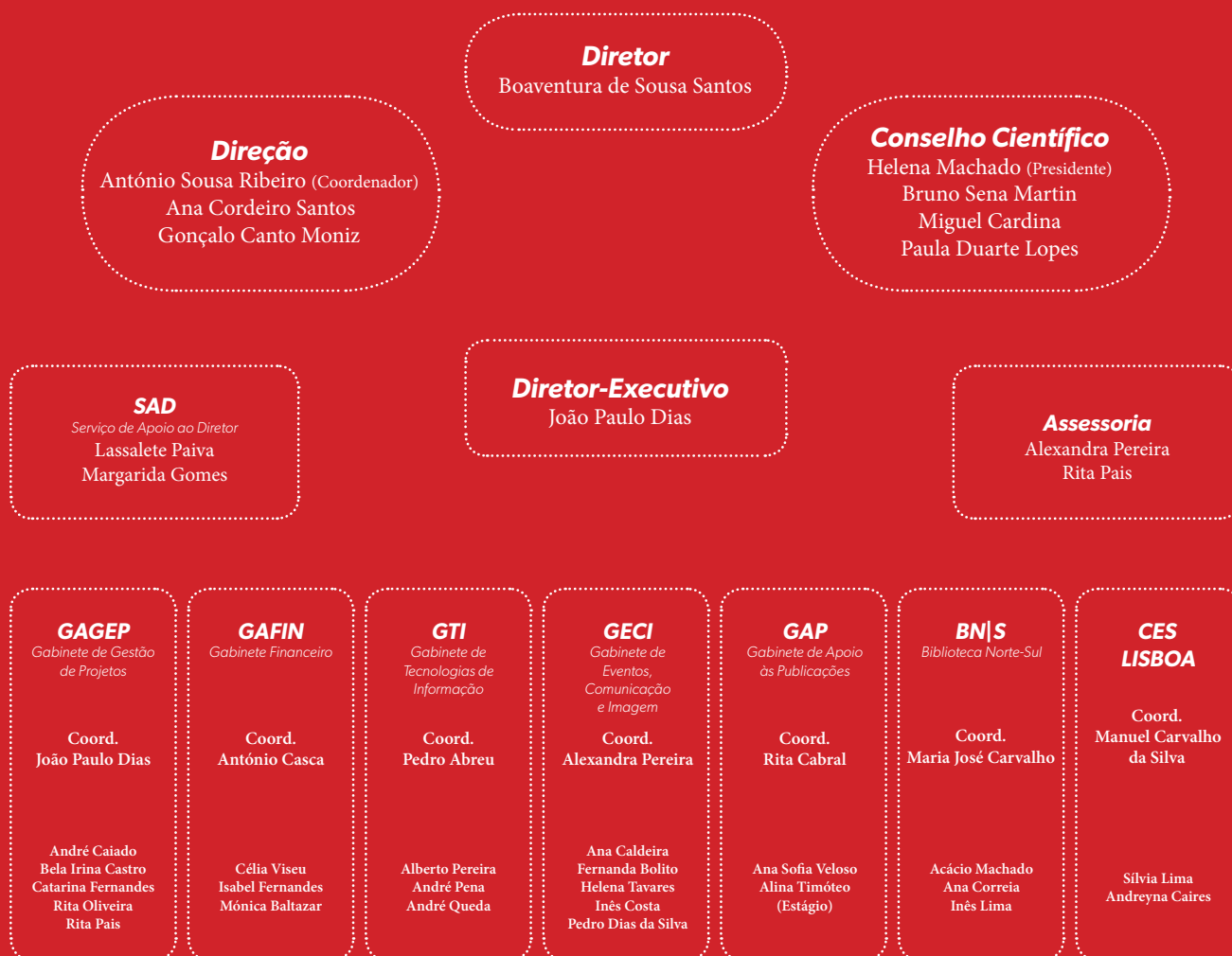
O **Conselho Científico** funciona em plenário, composto por todos/as os/as investigadores/as doutorados/as, um/a representante dos/as investigadores/as não doutorados/as, um/a representante dos/as investigadores/as em pós-doutoramento e um/a representante dos/as investigadores/as juniores, e em comissão permanente. A Comissão Permanente do Conselho Científico é constituída por 25 associados/as doutorados/as, entre inerências e membros eleitos pelos pares, por um/a representante dos/as investigadores/as não doutorados/as, um/a representante dos/as investigadores/as em pós-doutoramento e por um/a representante dos/as investigadores/as juniores. A presidência do Conselho Científico está a cargo de Helena Machado e as vice-presidências estão a cargo de Bruno Sena Martins, Miguel Cardina e Paula Duarte Lopes. O Conselho Científico delibera sobre todos os assuntos relacionados com as atividades de investigação do CES, incluindo a definição de critérios e prioridades relativas à contratação de investigadores/as.

A **Direção** é composta por 3 membros efetivos, eleitos em Assembleia Geral, cumprindo mandatos de 3 anos, e um membro designado pela instituição. Atualmente, é constituída pelos seguintes membros eleitos: António Sousa Ribeiro (Coordenador), Ana Cordeiro Santos, Gonçalo Canto Moniz. João Paulo Dias foi designado Diretor-Executivo. A Direção Executiva é responsável pela implementação das linhas gerais formuladas pela Assembleia Geral, pelo Conselho Científico e pelo Diretor; pela coordenação e supervisão dos serviços administrativos e técnicos de apoio à investigação (logística, manutenção, contabilidade, trabalho administrativo, etc.); e pela submissão dos relatórios anuais à Assembleia Geral.

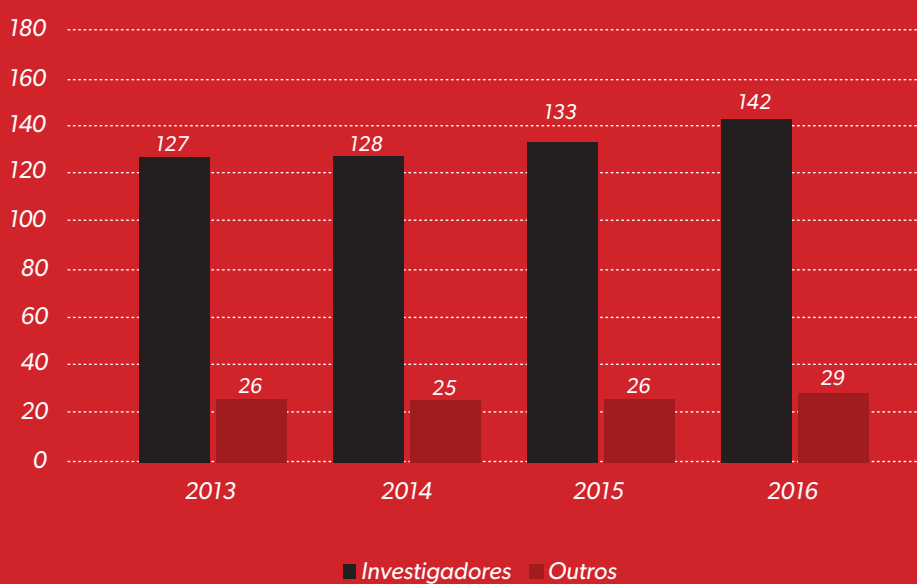
A **Assembleia Geral de Investigadores**. Composta por todos os investigadores, decide as grandes linhas de atividade do Centro; discute e aprova o orçamento anual; avalia o relatório financeiro e o plano de atividades proposto pela direção, sob recomendação do Conselho Científico; decide sobre a admissão de novos membros. É atualmente presidida por inerência pelo Magnífico Reitor da Universidade de Coimbra, João Gabriel Silva, sendo a vice-presidente Cláudia Pato de Carvalho e a secretária Susana Costa.

O **Conselho Fiscal** é composto por três associados do CES: Presidente - Catarina Frade, Vogal – Ana Maria Seixas, Vogal – Sara Araújo, cabendo-lhe acompanhar a execução do orçamento, emitir parecer sobre os instrumentos de gestão, examinar as contas e emitir parecer sobre o relatório de contas.

Estrutura Organizacional do CES



Número de Investigadores e Pessoal Administrativo

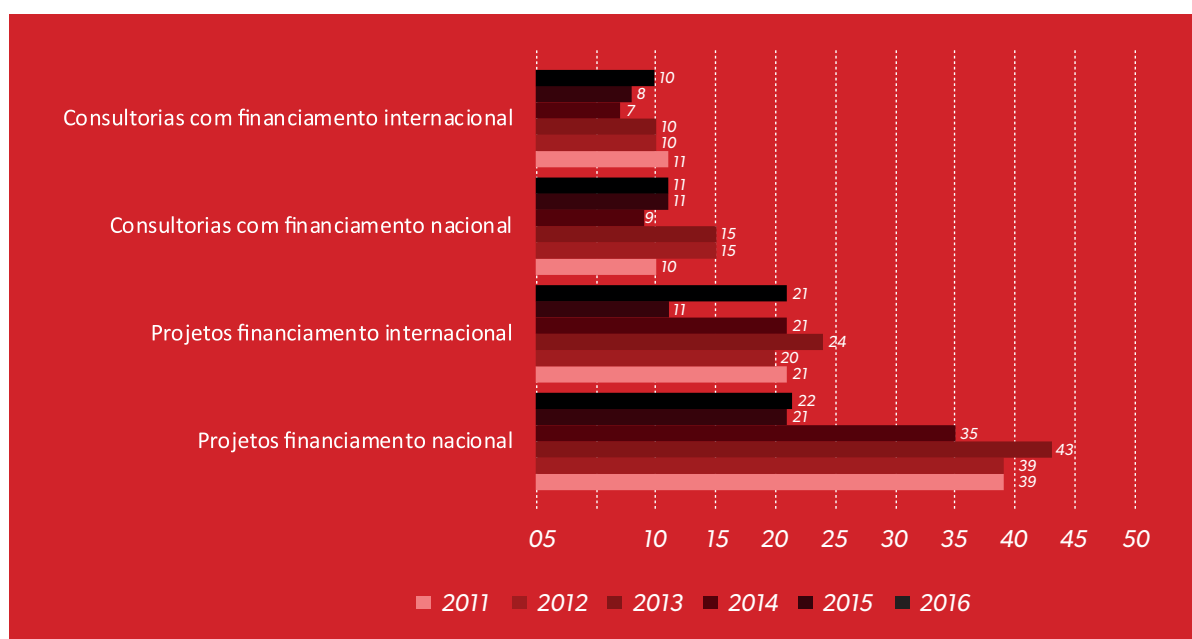


A **Organização Científica** do CES está definida em núcleos de investigação - unidades descentralizadas que englobam um conjunto de investigadores interessados em áreas ou temas relacionados entre si, nomeadamente: Cidades, Culturas e Arquitetura (CCArq), Ciência, Economia e Sociedade (NECES), Democracia, Cidadania e Direito (DECIDe), Humanidades, Migrações e Estudos para a Paz (NHUMEP), Políticas Sociais, Trabalho e Desigualdades (POSTRADE).

Em articulação com os núcleos, de forma transversal, existem os seguintes Observatórios dedicados ao acompanhamento e análise de processos sociais e políticos específicos: Observatório Permanente da Justiça Portuguesa (OPJ), Observatório da Participação, da Inovação e dos Poderes Locais (PEOPLE'S), Observatório do Risco (OSIRIS), Observatório para a Política da Diversidade Cultural e Religiosa na Europa do Sul (POLICREDOS), Observatório das Políticas de Educação e Formação (OP.Edu) e Observatórios das Crises e Alternativas.

Atualmente, o CES está inserido em 44 redes internacionais de investigação entre as quais salientamos: Eurozine; IMISCOE; Humanitarian Net; Active Social Policy Networks; AIPAZ; Estudos Urbanos; Expert Group on Gender; CLACSO; European Consortium for Political Research; CODESRIA; IANSA; PRIME; REAPN; ou Public Health Genomics - European Network.

Uma parte importante da atividade científica do CES envolve projetos com equipas constituídas por investigadores do CES, inseridos em redes nacionais e internacionais, assim como atividades de consultadoria. Durante o ano de 2011-2016, o CES teve em curso os seguintes números de projetos de investigação financiados, divididos por categorias de financiamentos:



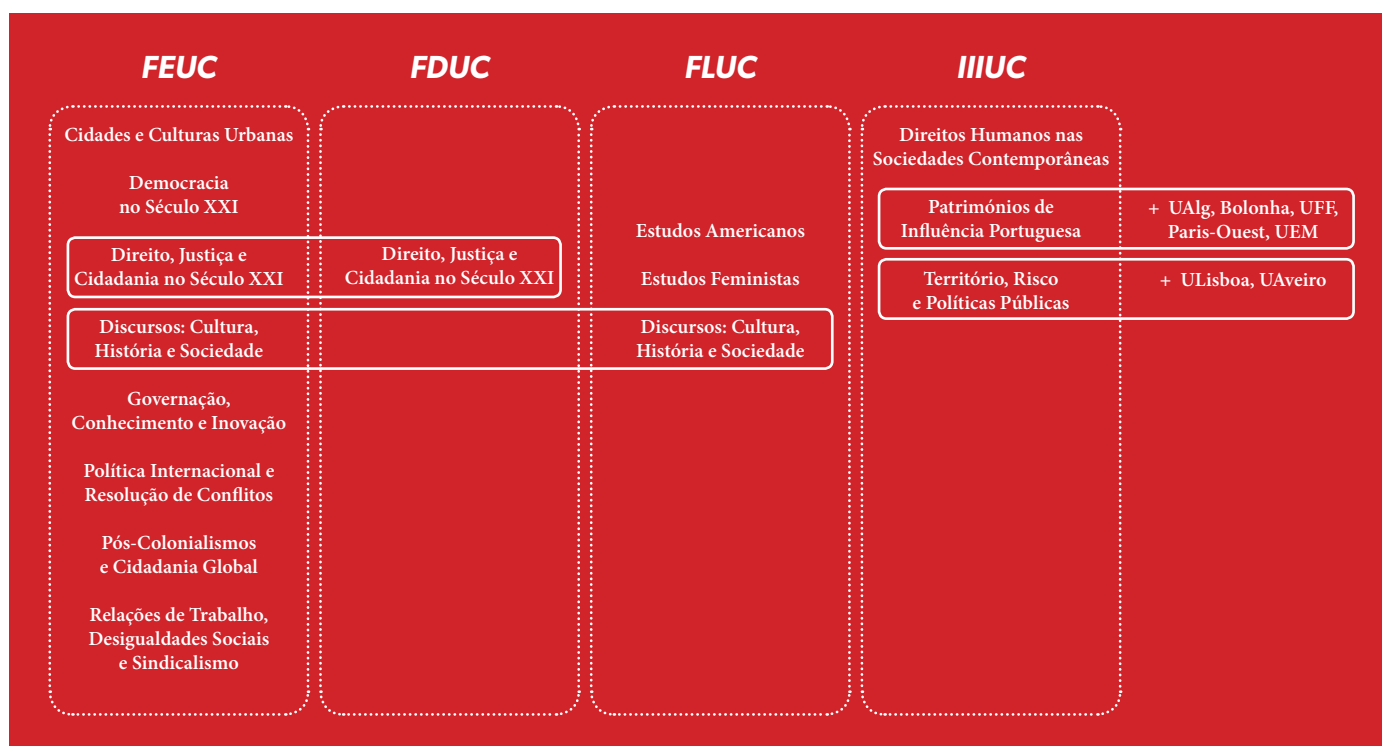
A atividade editorial do CES inclui:

- A **Coleção CES/Almedina**, que publica obras individuais e coletivas na forma de livros nas seguintes linhas temáticas: Cidades e Urbanismo, Conhecimento e Instituições, Cosmopolis, Democracia e Participação, Direito e Sociedade, Identidades e Interculturalidades, Literatura e Arte, Políticas Sociais, Risco e Regulação e Trabalho e Sociedade.
- A **Revista Crítica de Ciências Sociais**, uma publicação com arbitragem científica, que acolhe colaboração de autores nacionais e estrangeiros e publica os resultados de investigação avançada em todas as áreas das ciências sociais e das humanidades. No ano de 2016 foram publicados três números (RCCS nº 109 a RCCS nº 111).

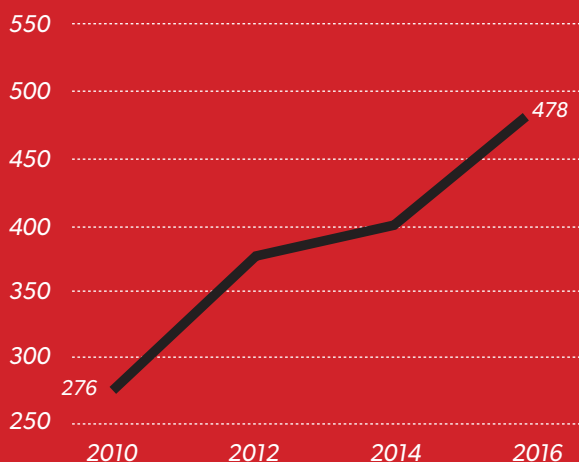
- A revista **e-cadernos**, uma publicação com arbitragem científica, que reúne textos resultantes de conferências, seminários e workshops, assim como textos de pesquisas efetuadas no âmbito de programas de formação avançada e de projetos de investigação científica (2 números em 2016).
- A revista eletrónica **Cabo dos Trabalhos** publica exclusivamente ensaios selecionados de estudantes dos programas de doutoramento, conferências proferidas por professores convidados, entrevistas, informações várias e outras notas de interesse.
- As **Oficina do CES** são dedicadas à divulgação dos resultados de investigação em progresso.
- A newsletter **CESemCENA**, com quatro números por ano, e que inclui notícias sobre as suas atividades recentes e futuras do CES.
- A **CES Contexto**, que promove a publicação de atas e relatórios científicos.

Número de visitas (2016) – 880.902

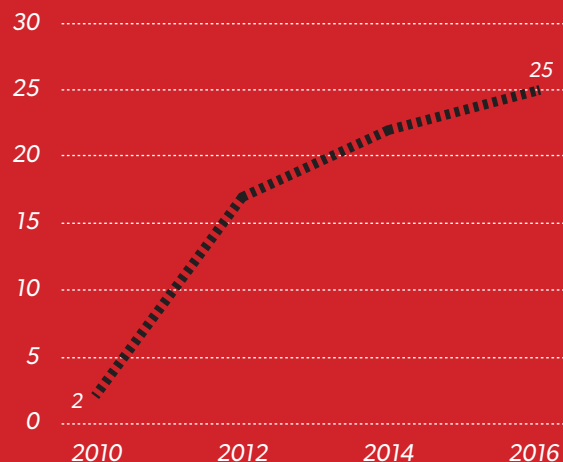
Durante o ano de 2016, o CES ofereceu (em colaboração com a Faculdade de Economia, a Faculdade de Direito e a Faculdade de Letras e o Instituto de Investigação Interdisciplinar da Universidade de Coimbra, assim como com a Universidade de Aveiro e a Universidade de Lisboa), os seguintes 12 Programas de Doutoramento, envolvendo um total de 478 doutorandos nas várias fases de cada Programa:



Estudantes de Doutorado 2010 - 2016

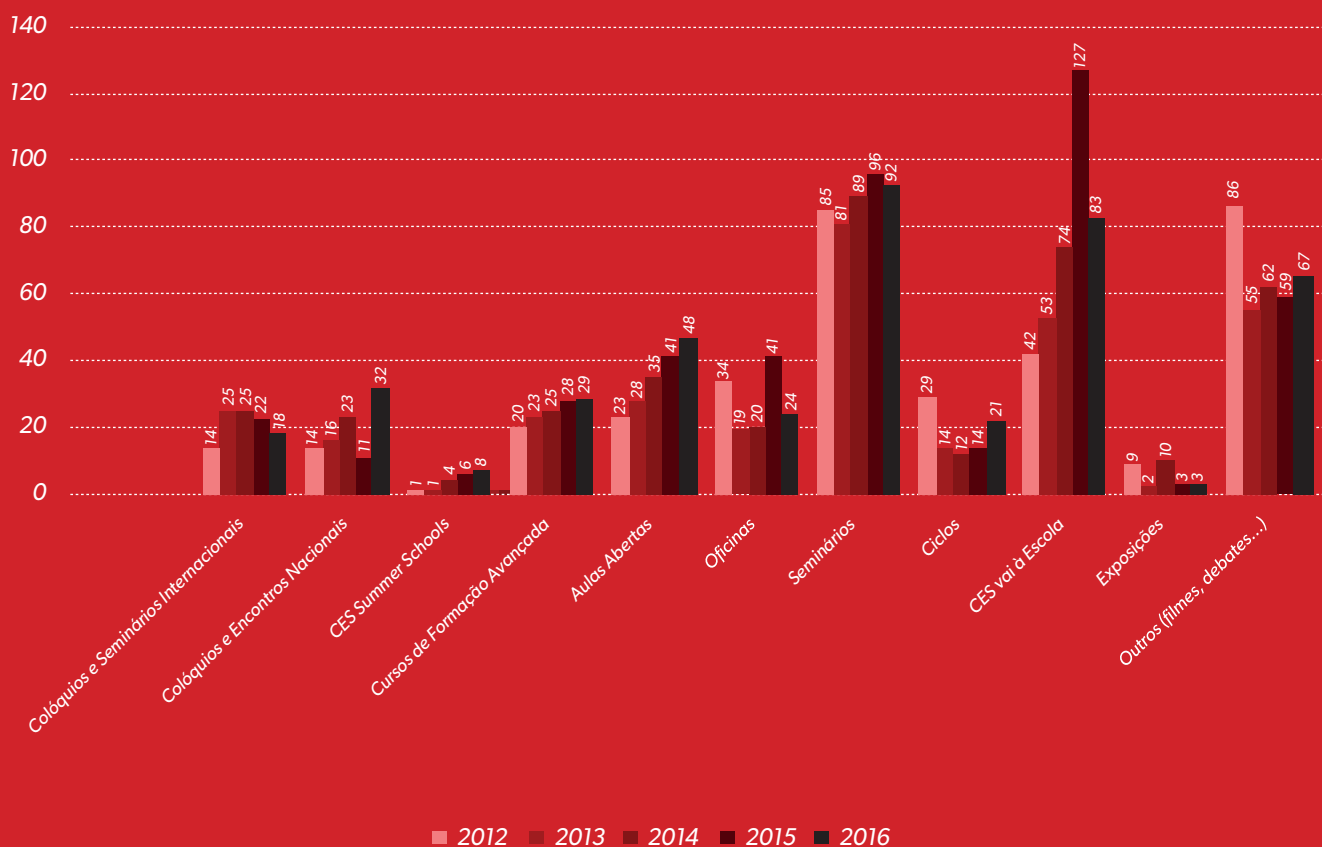


Teses de Doutorado 2010 - 2016



Outras atividades desenvolvidas pelo CES incluem: Cursos de Formação, Seminários e Colóquios, Conferências e Workshop, assim como ciclos de cinema e exposições fotográficas, entre outras.

**Eventos Científicos do CES, por categoria
2012- 2016**



De salientar que as 425 atividades promovidas pelo CES, durante 2016 tiveram uma participação total de 16.942 pessoas, havendo atividades sem inscrição e outras restritas a um determinado número, de acordo com a natureza e objetivos do evento.

A Biblioteca N/S assume um papel relevante no apoio aos investigadores e aos alunos dos doutoramentos. Face ao crescimento do número de utilizadores e do tratamento do acervo dos livros recebidos do Centro de Documentação 25 de Abril a equipa da Biblioteca N/S conta atualmente com 3 colaboradores.

	2013	2014	2015	2016
Nº Livros	20.747	22.032	23.211	26.202
Nº Revistas periódicas	889	800	1.179	520

» Informação Financeira do CES

Evolução das Vendas, Prestações de Serviços e Subsídios à Investigação

em euros

	2013	2014	2015	2016
Investigação/Investigação	3 843 352,68	4 055 478,54	3 631 324,40	4 214 123,03
Prestação de serviços	255 224,30	481 902,84	247 316,04	115 595 23
Subsídios à investigação	3 588 128,38	3 573 575,70	3 384 008,36	4 098 527,80
Vendas - RCCS	3 177,61	2 598,62	2 124,49	3 144,40
Inscrições	125 809,86	258 649,05	112 408,02	247 557,06
	3 972 340,15	4 316 726,21	3 745 856,91	4 464 824,49

No ano de 2016, verificamos um crescimento do volume total de ganhos, o que se justifica pelo início das atividades de novos projetos de investigação.

Evolução dos Gastos em Fornecimentos e Serviços Externos

em euros

Gastos em fornecimentos e serviços externos	2013	2014	2015	2016
Subcontratos	6 712,51	1 980,61	0,00	2 332,78
Ferramentas e utensílios	4 788,48	6 368,18	4 000,60	6 862,97
Livros e documentação técnica	9 720,83	9 147,29	10 770,94	18 409,81

Material de escritório	25 987,56	30 264,28	25 744,48	38 021,47
Rendas e alugueres	23 122,62	15 748,27	15 932,43	15 748,27
Comunicação	34 344,61	27 151,95	19 046,89	16 760,97
Seguros	4 938,49	3 830,78	5 441,23	4 238,58
Deslocações e estadas	458 548,67	510 011,54	351 152,19	434 259,17
Honorários	438 553,87	441 248,23	394 235,58	411 470,48
Conservação e reparação	12 610,29	41 833,00	21 513,60	28 929,96
Publicidade	15 152,90	12 661,44	10 613,29	15 088,79
Limpeza, higiene e conforto	23 071,22	17 670,17	29 559,83	46 963,46
Trabalhos especializados	155 178,56	212 657,01	173 365,93	15 088,79
Estacionamento	850,00	756,50	853,65	819,10
Bar	853,77	2 472,25	2 266,84	2 909,43
Serviços bancários	3 027,65	8 147,22	3 595,38	6 377,83
Outros	17 260,94	11 994,16	25 542,07	32 128,92
Total	1 234 722,97	1 353 942,88	1 093 634,93	1 283 487,15

Com o início das atividades de novos projetos os gastos tiveram um ligeiro crescimento mas pouco significativo.

Evolução dos Gastos com Pessoal

em euros

	2013	2014	2015	2016
Vencimentos e outros encargos	1 686 469,42	1 773 108,90	1 904 023,45	2 133 693,90
Seguros de acidentes de trabalho	8 359,87	7 927,54	11 441,54	15 720,14
Bolsas de Investigação	738 441,27	637 796,74	493 779,34	752 125,39
Ajudas de Custos	51 721,91	61 173,95	55 738,71	64 404,48
	2 484 992,47	2 480 007,13	2 464 983,04	2 965 943,91

Os gastos com pessoal estão repartidos entre atividade de investigação (doutorados e bolsiros de investigação) e apoio à atividade de investigação, nomeadamente os funcionários/as do gabinete financeiro (GAFIN), do gabinete de gestão de projetos (GAGEP), do gabinete de eventos, comunicação e imagem (GECI), do gabinete de tecnologia de informação (GTI), do gabinete de apoio às publicações (GAP), do CES em Lisboa e, por fim, da Biblioteca Norte/Sul (BNS).

Rendimentos a Reconhecer - Prestação de Serviços

em euros

Decomposição das Prestações de Serviços Diferidas	2014	2015	2016
OPJ e Unifoj	78 508,26	24 714,07	200 303,78
Bairros Críticos	4 620,04	0,00	0,00
Projeto Angola	330 317,39	516 494,75	88 378,75
Observatório dos Poderes Locais	1 557,51	1 557,51	1 557,51
Conflict Analysis and Peacebuilding	5 177,99	0,00	0,00
Estudo sobre o Voluntariado	4 336,44	4 336,44	1 466,26
Avaliação da Vulnerabilidade Social - CM Cascais	3 117,23	1 389,00	1 389,00
Pro Alv	4 318,52	1 769,96	1 769,96
Plano Nacional Contra o Tráfico Humano	10 000,00	0,00	0,00
Estudo de Avaliação da Integração da Perspectiva	4 643,27	4 643,27	4 643,27
Igualar - CMC	0,00	11 670,24	0,00
Conceção e elaboração de um guião de boas práticas	0,00	11 815,89	11 815,89
Avaliação final do Projeto Europeu - Reforço das capacidades de Cabo Verde	0,00	16 108,07	0,00
MenEngage	0,00	0,00	18 628,01
Estudo de Diagnóstico sobre o Sistema Judicial de Timor	0,00	0,00	37 295,12
Outros	133 768,02	102 419,12	76 413,88
	580 364,67	696 918,32	443 661,43

Os rendimentos a reconhecer em 2017 corresponde ao saldo económico que cada projeto/atividade dispõe para conclusão dos trabalhos de investigação.

Os rendimentos são reconhecidos consoante a percentagem de acabamento (gastos incorridos/gastos totais previstos) das prestações de serviços.

O reconhecimento na execução das despesas correntes dos projetos de investigação tem por base a percentagem de acabamento (gastos incorridos/gastos totais previstos).

No quadro seguinte apresenta-se o valor para execução futura:

Rendimentos a Reconhecer - Projetos de Investigação

em euros

Subsídios à Exploração - - Despesas de Correntes	2013	2014	2015	2016
Montante aplicar nos projetos de investigação contratualizados para os anos seguintes	4 651 689,45	4 244 198,41	9 564 417,02	8 672 485,18

Quando um projeto de investigação é contratualizado com a entidade financiadora o valor do orçamento total é considerado como rendimentos a reconhecer no futuro. Salientamos que os projetos têm uma duração média entre 3 e 4 anos. O crescimento acentuado de 2014 para 2015 justifica-se pelo contratualizado de dois projetos europeu com um orçamento global de 3.820.625,00 (para 5 anos) e do Financiamento da FCT no montante 3.909.342,00 (para 3 anos).

Os rendimentos a reconhecer referentes aos subsídios ao investimento (despesas de capital), considerado nos projetos de investigação como despesas de capital, são montantes de aprovisionamento que são utilizados em função da amortização/depreciação dos bens adquiridos por financiamentos/subsídios.

Subsídios ao Investimento - Despesas de Capital				
	em euros			
	2013	2014	2015	2016
Subsídio	360 945,91	346 994,78	395 660,99	533 822,90
Amortização do Exercício	85 136,83	75 211,28	80 934,21	115 328,17
Subsídios ao Investimento para o Ano Seguinte	275 809,08	271 783,50	314 726,78	418 494,73

Factos Relevantes da Análise na Gestão de Projetos

O saldo do financiamento do Laboratório Associado do período de 2000 a 2008 continua em análise pelo financiador e a Direção aguarda a resolução da situação.

» Laboratório Associado

A FCT, em Março de 2015, atribuiu o financiamento das unidades de investigação científica para o triénio 2015-2017, conforme o quadro seguinte (que inclui os financiamentos dos anos anteriores):

Rendimentos a Reconhecer - Projetos de Investigação		
	Financiamento FCT - LA	Percentagem de Execução
Projeto Estratégico 2015 - 2017	3 909 342,00	67%

Orçamento da Despesa – LA 2015-2017

	2015	2016	2017	Total	%
Recursos Humanos	1 060 826,77	1 117 366,53	1 127 616,53	3 305 809,83	84,6%
Missões	44 300,00	44 300,00	44 300,00	132 900,00	3,4%
Consultores	6 750,00	6 750,00	6 750,00	20 250,00	0,5%
Aquisição de bens e serviços e outras despesas correntes	79 160,00	78 900,00	95 800,00	253 860,00	6,5%
Equipamentos	31 000,00	15 000,00	5 000,00	51 000,00	1,3%
Qualificação do Espaço	40 000,00	5 000,00	5 000,00	50 000,00	1,3%
Encargos Gerais	31 601,29	31 733,31	32 187,56	95 522,17	2,4%
	1 295 653,06	1 301 065,85	1 318 671,09	3 909 342,00	

» *Projetos de Investigação Financiados pela FCT*

No ano de 2016 iniciaram as atividades de investigação os projetos IDCT financiados pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Os prazos de duração dos projetos estão compreendidos entre os 24 meses e os 36 meses.

Designação do Projeto	Entidades Promotoras e Participantes	Orçamento
Inhabiting in Financial Times: Housing and the Production of Space in Democratic Portugal	Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa (IGOT/ Ulisboa)	197 220,00
Decide Disability and selfdetermination: the challenge of Independent living in Portugal	Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFA); Associação Portuguesa de Deficientes (APD); Câmara Municipal de Lisboa (CML); European Network on Independent Living (ENIL)	163 416,00
Rebuilding trade union power in the age of austerity: a review of three sectors	Instituto de Emprego e Formação Profissional I.P. (IEFP);	103 286,00
Desire, Miscegenation and Violence: the now and then of the Portuguese Colonial War	Unidades adicionais: California State University, Bakersfield (CSUB), Department of History (CSUB); Centro de Documentação 25 de de Abril Universidade de Coimbra (CD25A); Universidade Eduardo Mondlane (UEM)	136 932,00
Combating racism in Portugal: an analysis of public policies and antidiscrimination law		132 338,00

The making of economics in Portugal: a study of Portuguese recent economic research (1980 to the present)	ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL) - Centro de Estudos sobre a Mudança Socioeconómica e o Território (Dinâmia/CET-IUL/ISCTE-IUL)	149 850,00
Hydro-geomorphologic risk in Portugal: driving forces and appkication for land use planning	IGOT; DGT; FFC/FC/UL; Centro de Estudos Geográficos - Universidade de Coimbra	50 822,00
		933 864,00

» **Projetos Investigação Financiados pela União Europeia**

Relativamente aos projetos financiados pela União Europeia, o CES durante o ano de 2016, como entidade proponente, tem em gestão cinco bolsas ERC a seguir identificadas:

Designação do Projeto	Investigador/a Responsável	Orçamento
Strange Mirrors, Unsuspected Lessons: Leading Europe to a new way of sharing the world experiences	Boaventura de Sousa Santos	2 423 140,00 €
Citizenship, Care and Choice: The Micropolitics of Intimacy in Southern Europe	Ana Cristina Santos	1 462 537,35 €
Forensic Geneticists and the Transnational Exchange of DNA data in the EU: Engaging Science with Social Control, Citizenship and Democracy	Helena Machado	1 838 150,00 €
Children of Empires and European Postmemories	Margarida Calafate Ribeiro	1 971 301,00 €
Crossed Memories, Politics of Silence: The Colonial-Liberation Wars in Postcolonial Times	Miguel Cardina	1 478 249,00 €

> **Proposta de Aplicação dos Resultados:**

Os resultados apurados foram positivos no montante de € 224.493,70 dos quais se propõe que a sua totalidade seja transferida para a rubrica Resultados Transitados.

Coimbra, 16 de Março de 2017

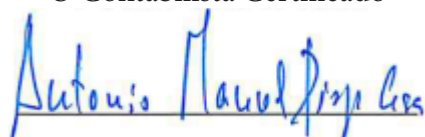
A Direção



2. *Balanço*

Rubricas	Notas	Datas	
		31.12.2016	31.12.2015
Activo			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	501 495,71	404 700,41
Ativos intangíveis	6	5 029,58	4 781,06
Outros créditos e ativos não correntes	11	61 721,57	56 270,17
		568 246,86	465 751,64
Activo Corrente			
Inventários	9	145 836,68	137 553,82
Créditos a receber		9 811,87	269 916,29
Estado e outros entes públicos	12	0,00	127,35
Outras ativos correntes	12	9 383 664,01	9 007 191,56
Diferimentos	12	5 071,50	5 527,87
Caixa e depósitos bancários	4	1 642 320,78	2 335 809,32
		11 186 704,84	11 756 126,21
Total do Ativo		11 754 951,70	12 221 877,85
Fundos Patrimoniais			
Fundos		109 238,77	109 058,77
Reservas		3 376,13	3 376,13
Resultados transitados		964 452,76	784 289,85
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais		477 513,49	373 745,54
Resultado líquido do período		224 493,70	180 162,91
Total dos Fundos Patrimoniais		1 779 074,85	1 450 633,20
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores		75 172,39	62 124,49
Estado e outros entes públicos	12	124 029,77	81 340,27
Diferimentos	12	9 116 146,61	10 261 335,34
Outros passivos correntes	12	660 528,08	366 444,55
		9 975 876,85	10 771 244,65
Total do Passivo		9 975 876,85	10 771 244,65
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		11 754 951,70	12 221 877,85

O Contabilista Certificado



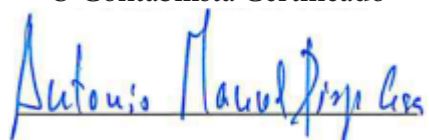
A Direção



3. *Demonstração dos Resultados*

Rendimentos e Gastos	Notas	Períodos	
		2016	2015
Vendas e serviços prestados	10	366 296,69	361 848,55
Subsídios, doações e legados à exploração	10	4 098 527,80	3 384 008,36
Variação nos inventários da produção	9	32 855,18	22 250,65
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	9	-1 513,94	-20,39
Fornecimentos e serviços externos		-1 283 487,15	-1 093 634,93
Gastos com pessoal	12	-2 965 943,91	-2 464 983,04
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)	8	-2 896,24	-2 787,97
Outros Rendimentos	5/10	151 057,77	103 288,69
Outros Gastos	5	-55 074,33	-42 629,88
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		339 821,87	267 340,04
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6/7	-115 328,17	-87 177,13
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		224 493,70	180 162,91
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultado antes de impostos		224 493,70	180 162,91
Imposto sobre rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		224 493,70	180 162,91

O Contabilista Certificado



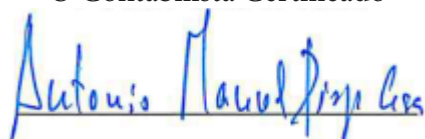
A Direção



4. *Demonstração de Fluxos de Caixa*

Rubricas			Notas	Períodos	
				2016	2015
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais - Método Direto					
Recebimentos de Clientes		+		243 931,75	249 128,22
Pagamentos de Bolsas		-		(673 396,32)	(467 424,68)
Pagamentos a Fornecedores		-		(539 650,39)	(407 387,97)
Pagamentos ao Pessoal		-		(1 132 560,79)	(1 013 888,17)
Caixa Gerada pelas Operações		+/-		(2 101 675,75)	(1 639 572,60)
Outros Recebimentos/Pagamentos		+/-		1 588 671,76	2 891 377,72
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	(1)	+/-		(513 003,99)	1 251 805,12
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento					
Pagamentos Respeitantes a:					
Ativos Fixos Tangíveis		-		(187 707,22)	(130 402,90)
Ativos Intangíveis		-		(3 249,66)	(3 526,24)
Investimentos Financeiros		-		(1 925,16)	(3 866,06)
Recebimentos Provenientes de:					
Ativos Fixos Tangíveis		+		0,00	0,00
Investimentos Financeiros		+		0,00	0,00
Juros e Rendimentos Similares		+		12 397,49	11 120,82
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento	(2)	+/-		(180 484,55)	(126 674,38)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento					
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento	(3)			0,00	0,00
Variação de Caixa e seus Equivalentes	(1)+(2)+(3)			(693 488,54)	1 125 130,74
Efeito das Diferenças de Câmbio		+/-			
Caixa e seus Equivalentes no Início do Período		+/-		2 335 809,32	1 210 678,58
Caixa e seus Equivalentes no Fim do Período		+/-		1 642 320,78	2 335 809,32

O Contabilista Certificado



A Direção



5. *Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais*

Descrição		Fundos	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em Ativos Financeiros	Excedentes de Revalorização	Outras Variações no Capital Próprio	Resultado Líquido do Período	Total do Capital Próprio
Posição no Início do Período 2015	1	109 058,77	0,00	3 376,13	500 546,67	0,00	0,00	327 150,07	189 883,22	1 130 014,86
Alterações no Período										
Primeira adopção de novo referencial contabilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		0,00	0,00	0,00	283 743,18	0,00	0,00	46 595,47	(189 883,22)	140 455,43
	2	0,00	0,00	0,00	283 743,18	0,00	0,00	46 595,47	(189 883,22)	140 455,43
Resultado Líquido do Período	3								180 162,91	180 162,91
Posição no Fim do Período 2015	6=1+2+3	109 058,77	0,00	3 376,13	784 289,85	0,00	0,00	373 745,54	180 162,91	1 450 633,20
Posição no Início do Período 2016	6	109 058,77	0,00	3 376,13	784 289,85	0,00	0,00	373 745,54	180 162,91	1 450 633,20
Alterações no Período										
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		180,00	0,00	0,00	180 162,91	0,00	0,00	103 767,95	(180 162,91)	103 947,95
	7	180,00	0,00	0,00	180 162,91	0,00	0,00	103 767,95	(180 162,91)	103 947,95
Resultado Líquido do Período	8								224 493,70	224 493,70
Resultado Extensivo	9=7+8	180,00	0,00	0,00	180 162,91	0,00	0,00	103 767,95	44 330,79	328 441,65
Operações com Instituidores no Período										
Fundos										0,00
	10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição no Fim do Período 2016	11=6+7+8	109 238,77	0,00	3 376,13	964 452,76	0,00	0,00	477 513,49	224 493,70	1 779 074,85

O Contabilista Certificado



A Direção



6. *Anexos às Demonstrações Financeira*

Em 31 de dezembro de 2016

(Nas notas todos os montantes são apresentados em euros, salvo se indicado em contrário)

- » 1. *Identificação da Entidade*
- » 2. *Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras*
- » 3. *Principais Políticas Contabilísticas*
- » 4. *Fluxos de Caixa*
- » 5. *Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros*
- » 6. *Ativo Fixo Intangível*
- » 7. *Ativo Fixo Tangível*
- » 8. *Imparidade de Ativos*
- » 9. *Inventários*
- » 10. *Rédito*
- » 11. *Instrumentos Financeiro*
- » 12. *Outras Informações Legais*

» 1. Identificação da Entidade

O Centro de Estudos Sociais (CES), com sede no Colégio S. Jerónimo e NIF 500 825 840, criado em 1978 na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, é uma instituição científica vocacionada para a investigação e formação avançada na área das ciências sociais e humanas. O CES é uma associação sem fins lucrativos com personalidade jurídica e administrativa autónoma com o reconhecimento de utilidade pública pelo Despacho de 18-02-1994 do Primeiro-Ministro. O ofício nº 040298 de 16-07-1998 do Ministério das Finanças atribuiu isenção de IRC nos termos do Art.º 10 do CIRC quanto às seguintes categorias:

- Categoria C – Rendimentos comerciais e industriais, diretamente derivados do exercício das atividades desenvolvidas no âmbito dos seus fins estatutários;
- Categoria E – Rendimentos capitais, com exceção dos provenientes de quaisquer títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor;
- Categoria F – Rendimentos prediais;
- Categoria G – Ganhos de mais-valia.

Em Fevereiro de 2002, foi concedido ao CES o estatuto de Laboratório Associado pelo Ministério da Ciência (previsto no Regime Jurídico de Instituições de Investigação Científica - Decreto-Lei Nº 125/99) com base em duas premissas centrais: em primeiro lugar, a capacidade demonstrada de desenvolver investigação inovadora sobre a sociedade portuguesa nas suas diferentes vertentes, bem como sobre as transformações atuais a nível mundial, com destaque para as sociedades semiperiféricas e do Hemisfério Sul, particularmente nos países de língua oficial portuguesa; em segundo lugar, o envolvimento do Centro com questões de interesse público, nomeadamente as políticas públicas e as novas formas de regu-

lação; as relações entre o saber científico e a participação dos cidadãos; e o sistema legal e a reforma da administração da justiça. O Regulamento do Programa de Financiamento Plurianual de Unidades de I&D, prevê a avaliação dos Unidades de Investigação. O CES, de acordo com o regulamento foi avaliado em 1999, 2005 e 2008, obteve sempre a qualificação máxima – Excelente. No processo de avaliação das Unidades de Investigação mais recente o CES obteve a qualificação de Muito Bom. No resultado da última avaliação ao Centro de Estudos Sociais foi atribuído o orçamento para o próximo triénio 2015-2017 no montante de 3.909.342,00 euros.

No ano de 2010, o CES reformulou a sua estrutura científica e administrativa com a apresentação de uma Proposta da Revisão dos Estatutos¹, aprovada por unanimidade na Assembleia Geral de 16 de Dezembro de 2010.

Estatuto do mecenato científico

Pelo despacho nº 13387/2013 de 04 de outubro de 2013, reconhece o estatuto do mecenato científico ao Centro de Estudos Sociais para todos os donativos concedidos entre 01 de janeiro de 2011 e 31 de janeiro de 2015. Neste ano foi solicitado a renovação do estatuto do mecenato científico.

¹ Os Estatutos do Centro de Estudos Sociais encontram-se disponíveis em www.ces.uc.pt.

Os Estatutos foram novamente revistos em 2014.

› ***Órgãos Sociais a 31 de dezembro de 2016***

Diretor

Boaventura Sousa Santos

Conselho Científico

Presidente – Helena Machado
Vice-presidência – Bruno Sena Martins
Vice-presidência – Miguel Cardina
Vice-presidência – Paula Duarte Lopes

Direção

António Sousa Ribeiro (Coordenador da Direção)
Gonçalo Canto Moniz
Ana Cordeiro Santos
João Paulo Dias (Diretor-Executivo)

Assembleia Geral de Investigadores

Presidente - Magnífico Reitor da Universidade de Coimbra
Vice-presidente – Cláudia Pato de Carvalho
Secretário – Susana Costa

Conselho Fiscal

Presidente – Catarina Frade
Vogal – Ana Maria Seixas
Vogal – Sara Araújo

De acordo com o Art.º 3º dos Estatutos do Centro de Estudos Sociais, os seus fins são:

1. Elaborar e executar projetos de investigação científica;
2. Desenvolver programas de doutoramento e de pós-doutoramento;
3. Publicar e divulgar os resultados da investigação realizada;
4. Promover atividades de debate e divulgação científica;
5. Promover a cooperação interinstitucional, nacional e internacional;
6. Proceder à recolha e tratamento de informação nas áreas das ciências sociais e das humanidades;
7. Realizar estudos, pareceres e consultorias;
8. Realizar, desenvolver e promover atividades culturais;
9. Realizar atividades de extensão;
10. Estimular a participação dos estudantes nas atividades de investigação científica;
11. Promover e desenvolver ações de formação profissional e académica;
12. Conceder bolsas e prémios para apoiar as ações ligadas ao ensino e à investigação;
13. Exercer quaisquer outras atividades no âmbito da sua missão.

Sede: Colégio de S. Jerónimo, Largo D. Dinis, 3001-401 Coimbra
N.I.P.C.: 500 825 840

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho Fiscal e pela Direção em reunião de 09 de Março de 2017.

A Direção e o Conselho Fiscal declaram que, é do seu conhecimento, que a informação que consta no presente relatório foi elaborada de acordo com o Sistema de Normalização Contabilístico aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados do CES.

» **2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras**

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilístico (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, com as retificações da Declaração de Retificação n.º 67-B/2009, de 11 de Setembro, e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010, de 23 de Agosto. O SNC é regulado pelos seguintes diplomas:

- Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho - aprova o regime contabilístico para as entidades do sector não lucrativo
- Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho - aprova os modelos de demonstrações financeiras a apresentar pelas entidades que apliquem o regime contabilístico ESNL
- Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho - aprova o código de contas específico para as entidades do sector não lucrativo
- Aviso n.º 8255/2015, de 29 de julho de 2015 - publica a norma contabilística e de relato financeiro para as entidades do sector não lucrativo

» **3. Principais Políticas Contabilísticas**

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo.

> **3.1. Bases de Preparação**

As demonstrações financeiras do CES foram preparadas em conformidade com as Normas Contabilísticas para as Entidades do Setor Não Lucrativo aprovadas pelo Decreto de Lei n.º 98/2015, de 02 de Junho.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos e tomando por base o custo histórico.

A preparação das demonstrações financeiras exige a utilização de estimativas e julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas. As principais asserções que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou os pressupostos e estimativas mais significativas para a preparação das referidas demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota 3.

> 3.2.1. Moeda Funcional e de Relato

Os elementos incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados utilizando a moeda do ambiente económico em que a entidade opera (moeda funcional).

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em euros, sendo esta a moeda funcional e de relato.

> 3.2.2. Saldos e Transações Expresso em Moedas Estrangeiras

Todos os ativos e passivos expressos em moedas estrangeiras foram convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data da demonstração da posição financeira.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data da demonstração da posição financeira, foram registadas como proveitos e custos na demonstração dos resultados do exercício.

> 3.3. Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido de amortizações, segundo o método das quotas constantes durante um período que varia entre 3 e 20 anos, e perdas por imparidade.

> 3.4. Ativos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição ou custo de aquisição reavaliado de acordo com a reavaliação livre efetuada pela Direção no ano de 2008, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

O custo de aquisição inclui todos os dispêndios diretamente atribuíveis à aquisição dos bens e sua disponibilização no local e condições de operacionalidade pretendidos.

Os custos subsequentes são incluídos no custo de aquisição do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, quando é provável que benefícios económicos futuros fluirão para a empresa por via de sua utilização e o respetivo custo possa ser mensurado com fiabilidade.

Os custos com manutenção programada são considerados como uma componente do custo de aquisição do ativo fixo tangível sendo depreciada integralmente até à data prevista da manutenção.

Os demais dispêndios com reparações e manutenção, que não a manutenção programada, são reconhecidos como um gasto no período em que são incorridos.

As depreciações são calculadas sobre o custo de aquisição, sendo utilizado essencialmente o método das quotas constantes anuais, a partir da data em que o ativo se encontra em condições de funcionamento, utilizando-se as taxas que melhor refletem a sua vida útil estimada, como segue:

	Anos médios de vida útil
Edifícios e outras construções	5 - 20
Equipamento básico	3 - 10
Equipamento administrativo	3 - 15
Outros ativos tangíveis	3 - 15

Os valores residuais dos ativos e as respetivas vidas úteis são revistos e ajustados, se necessário, em cada data de relato.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação de ativos fixos tangíveis são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia escriturada do ativo, e são reconhecidos na demonstração dos resultados, como outros proveitos ou outros gastos operacionais.

> **3.5.1 Investimentos Financeiros**

O CES classifica os seus investimentos nas categorias: outros investimentos financeiros e caixa e depósitos bancários.

A classificação depende do objetivo de aquisição do investimento. A Direção determina a classificação no momento de reconhecimento inicial dos investimentos e reavaliam essa classificação em cada data de relato.

Todas as aquisições e alienações destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da data da sua liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, sendo o justo valor equivalente ao preço pago, incluindo despesas de transação (exceto no caso dos ativos financeiros ao justo valor através de resultados).

> **3.5.2. Contas a Receber**

As contas a receber são ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados num mercado ativo. São originados quando o CES fornece bens ou serviços diretamente a um devedor, sem intenção de negociar a dívida.

São incluídos nos ativos correntes, exceto quando a maturidade é superior a 12 meses após a data da demonstração da posição financeira, sendo nesse caso classificados como ativos não correntes.

> **3.5.3. Investimentos Detidos até à Maturidade**

Os investimentos detidos até à maturidade são ativos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades fixas, que o CES tem intenção e capacidade para manter até à maturidade. A mensuração ao custo de aquisição e os rendimentos gerando são reconhecidos no período que são efetivamente recebidos.

> **3.6. Inventários**

Os inventários encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

- **Mercadorias e matérias-primas** - As mercadorias e as matérias-primas encontram-se valorizadas ao menor valor entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio.
- **Produtos acabados e intermédios e produtos e trabalhos em curso** - Os produtos acabados e intermédios e os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao menor valor entre o custo de produção (que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico, tomando por base o nível normal de produção) e o valor realizável líquido.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado deduzido dos custos estimados de acabamento e de comercialização. As diferenças entre o custo de produção e o valor realizável líquido, se inferior, são registradas em custos operacionais.

➤ **3.7. Valores a Receber Correntes**

Os saldos de clientes e outros ativos correntes são contabilizados pelo valor nominal deduzido de perdas por imparidade, necessárias para os apresentar ao seu valor realizável líquido esperado.

➤ **3.8. Caixa e Equivalente de Caixa**

A rubrica de caixa e equivalentes de caixa inclui caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo com maturidade até 12 meses, que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

➤ **3.9. Valores a Pagar Correntes**

Os saldos de fornecedores e outros passivos correntes são registrados pelo seu valor nominal.

➤ **3.10. Subsídios**

Os subsídios estatais são reconhecidos apenas quando existir segurança de que o CES cumprirá as condições inerentes à sua atribuição designadamente o investimento efetivo nas aplicações relevantes, e que os subsídios serão recebidos.

Os subsídios ao investimento recebidos com o objetivo de compensar os investimentos efetuados em ativos fixos tangíveis e intangíveis são incluídos na rubrica outras variações de capital próprio, consoante o período esperado do seu reconhecimento, e reconhecidos em resultados durante a vida útil estimada do respetivo ativo subsidiado por dedução ao valor das respetivas amortizações.

Os subsídios à exploração, recebidos com o objetivo de compensar os custos incorridos, são registrados na demonstração dos resultados de forma sistemática durante os períodos em que são reconhecidos os custos que aqueles subsídios visam compensar, bem como o valor acumulado dos períodos anteriores ao reconhecimento inicial do subsídio.

➤ **3.11. Rédito e Especialização dos Exercícios**

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. Desta forma, as vendas de produtos (revistas e livros) são reconhecidas apenas quando expedidas para o cliente.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Os proveitos relativos à prestação de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados com referência à fase de acabamento dos serviços prestados à data da demonstração da posição financeira.

Os ganhos com juros são reconhecidos pelo princípio da especialização dos exercícios, tendo em consideração o montante a receber e a taxa de juro efetiva durante o período até à maturidade.

O CES regista os seus gastos e ganhos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual os custos e proveitos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes gastos e ganhos são registadas nas rubricas valores a receber correntes e valores a pagar correntes.

» 3.12. Outras políticas contabilísticas relevantes

A preparação de demonstrações financeiras exige que o órgão de gestão efetue julgamentos e estimativas que afetam os montantes de proveitos, custos, ativos, passivos e divulgações à data da demonstração da posição financeira.

As estimativas e as premissas que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico dos ativos e passivos no exercício seguinte são apresentadas abaixo:

Livros e Revistas periódicas da Biblioteca N/S – A mensuração dos livros e das revistas da Biblioteca N/S, até ao ano de 2007, foram registados pelo custo de aquisição e reconhecidas como gastos no ano da sua aquisição. No ano de 2008, foi efetuada uma reavaliação pela Direção de todos os livros e das revistas da Biblioteca N/S, determinando o valor de 41.000,00 euros. Atualmente encontram-se totalmente amortizados.

Nos anos seguintes os livros e revistas foram reconhecidos como ativos fixos tangíveis amortizados com base no período de vida útil estimado de 3 anos.

Valorização dos inventários – O inventário da Revista Critica de Ciências Sociais, inclui revistas produzidas desde 1978. Desde 1978 a 1994 os inventários não estão valorizados pelo custo de produção, por falta de informação, pelo que cada unidade está valorizada a um valor simbólico de 0,05 euros

» 4. Fluxos de Caixa

Em 31 de Dezembro de 2016 as disponibilidades do CES estavam repartidas da seguinte forma:

	2016	2015	2014
Caixa	1 192,17	777,23	93,48
Depósitos à ordem	1 119 690,21	1 122 693,69	579 146,70
Depósitos a prazo – 30 a 365 dias	521 438,40	1 212 338,40	631 438,40

Os depósitos a prazo têm uma duração de aplicação entre 30 a 365 dias.

» 5. Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros

O cálculo da estimativa de férias do ano de 2016, a pagar em 2017, foi calculada com base no definido na Lei do Orçamento de Estado.

» 6. Ativo Fixo Intangível

Ativos fixos intangíveis		Programas de computador
Em 1.1.2016	Quantias brutas escrituradas	46 211,95
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	(41 430,89)
	Quantias líquidas escrituradas	4 781,06
Adições		3 249,66
Transferências		
Alienações, sinistros e abates		
Outras alterações		
Depreciações		(3 001,14)
Perdas por imparidade		
Em 31.12.2016	Quantias brutas escrituradas	49 383,72
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	(44 354,14)
	Quantias líquidas escrituradas	5 029,58

» 7. Ativo Fixo Tangível

Ativos fixos tangíveis		Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis
Em 1.1.2015	Quantias brutas escrituradas	396 676,67	589 415,51	297 007,01	214 570,13
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	135 116,23	548 358,26	258 988,49	205 857,17
	Quantias líquidas escrituradas	261 560,44	41 057,25	38 018,52	8 712,96
Adições		47 353,78	74 201,77	6 957,89	12 252,20
Transferências					
Alienações, sinistros e abates					
Outras alterações					
Depreciações		16 922,45	46 383,18	13 123,72	8 985,05
Perdas por imparidade					
Em 31.12.2015	Quantias brutas escrituradas	444 038,68	663 617,28	303 964,90	226 822,33
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	152 038,68	594 741,44	272 112,21	214 842,22
	Quantias líquidas escrituradas	291 991,77	68 875,84	31 852,69	11 980,11
Adições		118 574,11	74 008,11	3 508,16	13 031,65
Transferências					
Alienações, sinistros e abates					
Outras alterações					
Depreciações		18 474,15	68 514,18	13 436,38	11.902,32
Perdas por imparidade					
Em 31.12.2016	Quantias brutas escrituradas	562 604,86	737 625,39	307 473,06	239 853,98
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	170 512,83	663 255,62	285 277,06	227 016,07
	Quantias líquidas escrituradas	392 092,03	74 369,77	22 196,00	12 837,91

» 8. Imparidade de Ativos

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2016 ocorreram os seguintes movimentos com imparidade de ativos:

	Saldo inicial	Imparidade	Saldo final
Revista Crítica de Ciências Sociais	22 202,67	2 896,24	25 098,91

A Direção redefiniu a política estratégica da Revista Critica de Ciências Sociais com o objetivo de aumentar a disseminação dos trabalhos científicos realizados pelo CES. Nesta nova estratégia ficou definido o novo preço de venda ao público de 10 euros de todos os números posteriores à RCCS nº 61.

Esta tomada de decisão colocou em imparidade os seguintes números:

	Custos de produção	Preço de venda	Imparidade por revista
RCCS 73	9,63	9,43	0,20
RCCS 74	9,64	9,43	0,21
RCCS 75	10,90	9,43	1,47
RCCS 79	9,44	9,43	0,01
RCCS 81	9,78	9,43	0,35
RCCS 82	11,97	9,43	2,54
RCCS 83	12,17	9,43	2,74
RCCS 84	12,86	9,43	3,43
RCCS 85	10,22	9,43	0,79
RCCS 86	10,69	9,43	1,26
RCCS 87	10,91	9,43	1,48
RCCS 88	11,31	9,43	1,88
RCCS 89	11,55	9,43	2,12
RCCS 90	14,88	9,43	5,45
RCCS 91	16,42	9,43	6,99
RCCS 92	15,05	9,43	5,62
RCCS 93	16,85	9,43	7,42
RCCS 94	16,21	9,43	6,78
RCCS 95	16,55	9,43	7,12
RCCS 96	24,95	9,43	15,52
RCCS 98	23,69	9,43	14,26
RCCS 99	25,72	9,43	16,29
RCCS 100	24,93	9,43	15,50
RCCS 101	18,54	9,43	9,11
RCCS 102	18,54	9,43	9,11
RCCS 103	18,37	9,43	8,94
RCCS 104	17,69	9,43	8,26
RCCS 105	20,48	9,43	11,05
RCCS 106	19,60	9,43	10,17
RCCS 107	20,46	9,43	11,03
RCCS 108	18,00	9,43	8,57
RCCS 109	17,91	9,43	8,48
RCCS 110	18,62	9,43	9,19
RCCS 111	18,62	9,43	9,19

» 9. Inventários

Variação da Produção	Ano 2016	Ano 2015
	Produtos Acabados e Intermédios	Produtos Acabados e Intermédios
Inventários Finais	164 741,57	158 761,72
Regularizações de Existências	25 098,91	22 838,60
Inventários Iniciais	158 761,72	159 347,67
Aumento do Exercício	32 855,18	22 250,65

Gastos dos Inventários	Ano 2016		Ano 2015	
	Mercadorias	Matérias-Primas	Mercadorias	Matérias-Primas
Existências Iniciais	994,77	0,00	1 047,16	0,00
Compras	6 533,19	0,00	0,00	0,00
Regularizações de Existências	180,00	0,00	-32,00	0,00
Existências Finais	6 194,02	0,00	994,77	0,00
Custo do Exercício	1 513,94	0,00	20,39	0,00

» 10. Rédito

Os proveitos relativos à prestação de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados com referência à fase de acabamento dos serviços prestados à data da demonstração da posição financeira.

Rendimentos a Reconhecer – Prestações de Serviços

Saldo Inicial	696 918,32
Aumentos dos Rendimentos a Reconhecer	190 173,42
Rendimentos Reconhecidos	443 430,31
Saldo Final	443 661,43

Os subsídios à exploração são recebidos com o objetivo de compensar os custos incorridos, são registados na demonstração dos resultados de forma sistemática durante os períodos em que são reconhecidos os custos que aqueles subsídios visam compensar, bem como o valor acumulado dos períodos anteriores ao reconhecimento inicial do subsídio.

Rendimentos a Reconhecer – Subsídios à Exploração

1	Saldo inicial	9 564 417,02
2	Aumentos dos rendimentos a reconhecer	3 206 595,96
3	Rendimentos reconhecidos	4 098 527,80
4=1+2-3	Saldo final	8 672 485,18

Rendimentos a Reconhecer – Subsídios ao Investimento

1	Saldo inicial	314 726,78
2	Aumentos dos subsídios ao investimento a reconhecer	212 371,99
3	Rendimentos reconhecidos	108 604,04
4=1+2-3	Saldo final	418 494,73

Demonstração dos juros e rendimentos em 2016 e 2015:

	Ano 2016	Ano 2015
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	12 397,49	18 083,65
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	(99,97)	(32,51)

» 11. Instrumentos Financeiros

O CES, no ano de 2009, subscreveu Obrigações da CGD, no valor de 50.000,00 euros. O produto financeiro garante o capital na sua maturidade ou na data de reembolso antecipado. O prazo da aplicação é de 10 anos com a possibilidade reembolso antecipado a partir do 5º ano. Os rendimentos são pagos anualmente, com cupões fixos crescentes e remuneração ativa com as seguintes taxas:

1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano
4%	Euribor 12M+1,15%	Euribor 12M+1,15%	Euribor 12M+1,15%	Euribor 12M+1,15%

» 12. Outras Informações Legais

> 12.1. Gastos com Pessoal

Esta rubrica regista as remunerações pagas aos colaboradores do CES com as seguintes categorias:

	Ano 2016	Ano 2015	Ano 2014
Investigadores	2 133 693,90	1 202 209,72	1 263 558,71
Administrativos	15 720,14	609 802,93	555 819,10
Bolseiros	752 125,39	467 424,68	524 950,32
Outros gastos	64 404,48	185 545,71	135 679,00

Os colaboradores com contrato no CES encontram-se divididos nas seguintes categorias, tendo tido vínculo durante, pelo menos, parte do ano: investigadores contratados, bolseiros, colaboradores técnicos e administrativos.

> 12.2. Outros Ativos a Receber

Esta rubrica regista sobretudo os valores que o CES tem direito a receber do financiamento contratualizado e dos projetos de investigação, no caso de uma execução total dos projetos. Atualmente regista o montante de 9 383 664,01 euros.

		Valores a receber
Devedores por Acréscimos de Rendimentos		30 510,17
Outros Devedores		16 933,74
Financiamento dos Projetos de Investigação	Fundação para a Ciência e a Tecnologia	4 050 625,83
	União Europeia	5 265 082,91
	Outros Financiadores	20 511,45
		9 383 664,10

> 12.3. Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de Dezembro de 2016, a rubrica de “Estados entes públicos” apresentava a seguinte decomposição:

Passivo	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
Imposto Sobre o Rendimento	0,00	0,00	0,00
Retenção de Imposto Sobre Rendimentos	57 985,95	37 097,77	32 779,99
Imposto Sobre o Valor Acrescentado	19 985,27	4 627,91	7 099,73
Contribuições para a Segurança Social	46 058,55	39 487,24	34 432,33

> **12.4. Outras Contas a Pagar**

Em 31 de Dezembro de 2016, a rubrica de “Outras contas a pagar” apresentava a seguinte decomposição:

	Valores a Pagar
Fornecedores de Investimentos	15 211,37
Remunerações a Liquidar	298 274,53
Outras Contas a Pagar	33 556,28
	347 042,18

> **12.5. Diferimentos**

Esta rubrica é composta pelos saldos dos projetos de I&D e das prestações de serviços para execução nos anos seguintes, dentro do prazo da execução do projeto (ver nota 10).

> **12.6. Divulgações Exigidas por Outros Diplomas Legais**

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas, para 2016, foram de 4.356€.

> **12.7. Divulgações Exigidas por Outros Diplomas Legais**

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2016.

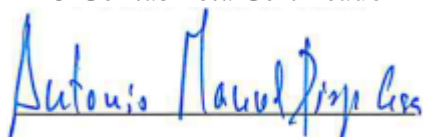
Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

> **12.8. Outras Informações**

Responsabilidade do CES por Garantias Prestadas	Saldo Final
Garantias Bancárias GCC Lisboa – Gestão de Centros Comerciais, SA (contrato de arrendamento do CES – Lisboa) – Depósito a prazo constituído pelo prazo da vigência do contrato.	26 438,40

Coimbra, 16 de Março de 2017

O Contabilista Certificado



A Direção



7. Orçamento 2017

Rubricas	2013		2014		2015		2016		2017
	Orçamento	Execução	Orçamento	Execução	Orçamento	Execução	Orçamento	Execução	Orçamento
Despesas de Investigação									
1. Investigação	1 131 200	982 613	1 154 392	944 485	1 141 738	935 968	1 058 342	1 081 705	1 371 244
Apoio à Elaboração de Projetos/Traduções	35 000	12 006	25 000	13 592	34 800	19 825	35 000	10 118	30 000
Apoio à Internacionalização	24 000	10 488	20 000	7 055	30 000	39 076	35 000	25 131	35 000
Promoção da Cultura Científica	53 600	18 359	13 000	3 606	22 050	23 166	23 550	15 963	55 000
Desenvolvimento Plataforma Dinâmica na Web	0	0	0	0	0	6 904	35 000		30 000
Prémio CES	10 000	9 594	0	0	10 000	10 284	0		10 000
Programas de Doutoramento	13 000	1 409	4 000	1 044	4 000	0	7 000	1 389	5 000
Investigadores (LA) / Bolseiros de Investigação	995 600	930 758	834 770	675 200	720 188	510 118	545 474	563 596	683 529
Investigadores FCT	0	0	257 622	243 987	320 700	326 595	347 318	425 452	492 714
Apoio Excelência Científica	0	0	0	0	0	0	30 000	40 055	30 000
Despesas Biblioteca Norte/Sul									
2. Biblioteca Norte/Sul	25 500	24 443	16 000	12 057	16 800	8 214	16 800	7 667	17 000
Outras despesas	1 000	7 822	1 000	1 376	1 800	1 108	1 800	1 197	2 000
Livros e revistas	24 500	16 620	15 000	10 681	15 000	7 106	15 000	6 470	15 000
Despesas Espaços e Equipamento									
3. Espaços e Equipamento	91 200	44 634	86 000	110 571	194 800	177 528	212 300	273 853	291 774
Material e equipamento informático	7 800	319	2 500	313,65	35 000	31 996	12 000	22 222	15 000
Apoio rede informática	24 300	10 851	18 000	17 402,56	27 000	27 345	35 900	32 905	35 400
CES Lisboa (renda)	24 000	18 410	17 000	22 267,40	24 000	23 035	23 400	30 113	24 504
Qualificação do espaços	17 200	3 422	32 500	55 311,56	84 000	75 673	120 000	153 374	175 350
Limpeza espaços (Lisboa e Coimbra)	17 900	11 632	16 000	15 275,87	24 800	19 479	21 000	35 240	41 520
Despesas Gestão e Administração									
4. Gestão e Administração	98 500	81 650	89 300	97 833	83 320	77 248	121 888	68 434	117 188
Prestações de Serviços	11 000	6 656	16 500	11 798	9 300	8 834	38 688	12 984	31 188
Consulta jurídica	3 000	787	2 000	0	3 000	3 476	2 500	1 230	5 000
Auditorias	6 000	5 358	7 000	5 358	6 300	5 358	7 000	5 358	7 000
Outras prestações	2 000	510	7 500	6 441	0	0	29 188	6 396	19 188
Missões e representação institucional	5 000	5 241	5 000	3 071	4 000	5 522	4 000	3 015	4 000
REDES - CLACSO - CODESRIA - EMES - ECPR	7 500	0	1 800	0	4 000	7 755	8 000	2 877	10 000
Despesas correntes	75 000	69 753	66 000	82 963	66 020	55 137	71 200	49 558	72 000
Material de escritório	12 000	16 076	16 000	13 747	21 000	8 739	17 000	13 783	19 000
Comunicações (telefones e correios)	38 000	34 751	30 000	22 098	24 020	16 470	22 700	14 054	18 000
Outras despesas correntes	25 000	18 926	20 000	47 118	21 000	29 928	31 500	21 721	35 000

Rubricas	2013		2014		2015		2016		2017
	Orçamento	Execução	Orçamento	Execução	Orçamento	Execução	Orçamento	Execução	Orçamento
Despesas Recursos Humanos - Serviços									
5. Recursos Humanos - Serviços	548 600	548 363	562 855	566 206	644 386	629 490	682 170	624 565	796 702
Diretor Executivo	51 500	53 628	54 500	74 089	57 100	51 463	59 833	58 483	60 217
Gabinete de Tecnologias de Informação - GTI	44 000	45 383	46 000	57 910	65 360	74 075	73 656	58 839	77 028
Biblioteca Norte Sul - BNS	75 000	79 208	77 500	77 474	92 400	74 185	74 236	73 580	86 479
Gabinete de Apoio a Publicações - GAP	40 100	41 762	47 000	41 638	48 826	47 627	54 040	53 471	89 681
Gabinete Financeiro - GAFIN	82 400	84 889	85 500	88 487	89 100	90 095	96 533	96 590	110 029
Gabinete de Eventos, Comunicação e Imagem - GECI	101 000	105 664	103 500	87 158	90 300	98 265	108 091	114 893	117 928
Gabinete de Gestão de Projectos - GAGEP	53 100	58 652	46 000	50 909	82 300	91 390	96 904	90 029	127 383
Secretariado do Diretor	54 500	33 816	55 000	34 375	59 000	59 398	59 264	23 856	59 570
CES/Lisboa	47 000	45 362	47 855	54 166	60 000	42 990	59 614	54 822	68 388
Total	1 895 000	1 681 702	1 908 546	1 731 152	2 081 044	1 828 448	2 091 500	2 056 223	2 593 908
Orçamento da Receita									
1. Financiamento FCT - Laboratorio Associado	1 214 000	955 945	876 000	865 055	1 303 000	1 170 000	1 398 000	1 349 916	1 469 598
2. Investigadores FCT	458 000	409 172	533 391	487 458	314 500	407 805	347 000	425 452	492 714
3. Despesas gerais FCT/U.E.	200 000	259 406	354 155	358 113	311 000	231 000	250 000	260 318	499 639
4. Despesas gerais Prestações de serviços	10 000	50 565	91 000	81 433	126 371	16 000	71 900	55 000	95 000
5. Revista RCCS + Publicações	7 000	2 620	3 000	2 599	3 330	2 000	4 000	1 867	6 956
6. Apoios e patrocínios diversos e outros	6 000	13 000	51 000	20 344	22 843	16 000	20 600	6 851	30 000
Total	1 895 000	1 690 707	1 908 546	1 815 001	2 081 044	1 842 805	2 091 500	2 099 404	2 593 908



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra

Centro de Estudos Sociais (Alta)

Colégio de S. Jerónimo
Apartado 3087
3000-995 Coimbra, Portugal

Centro de Estudos Sociais (Sofia)

Colégio da Graça
Rua da Sofia nº 136
3000-385 Coimbra, Portugal

Centro de Estudos Sociais (Lisboa)

Picoas Plaza
Rua Viriato 13 - Lj 117/118
1050-227 Lisboa, Portugal

Tel. +351 239 855 570

Fax +351 239 855 589

E-mail ces@ces.uc.pt

www.ces.uc.pt